

A economia política da depressão: Se não são estúpidos, o que é que eles são?

1. Introdução

Nunca como nos dias que correm foi tão claro em que consiste a economia política da depressão, aqui entendida como o conjunto concertado de ações tendentes a fazer da deliberada desvalorização dos recursos de um país a base para a redefinição reacionária dos lugares dos diferentes grupos sociais na repartição do rendimento nacional, com a correspondente alteração da natureza das relações sociais até aí prevaletentes. Nesse processo, que tem como antecedente a formação, sobredeterminada pela arquitetura institucional da integração europeia depois de Maastricht, de uma economia de dependência nacional face ao exterior (Rodrigues e Reis, 2012), os alvos cruciais são o trabalho e as remunerações salariais, tanto as diretas como as indiretas. E o que tem está principalmente em causa é garantir a salvaguarda das relações de financiamento em que uma economia dependente, e com potencial produtivo já atrofiado, se vê envolvida. São essas relações que ganham elevada centralidade na trajetória que é imposta aos cidadãos e à economia.

A mecânica desta economia política, dada a sua lógica recessiva, assenta na rápida e violenta contração dos rendimentos salariais e na conseqüente redução da procura interna, o que conduz a que o nível de produção e criação de riqueza da economia se coloque abaixo do seu potencial produtivo, com geração anormal de desemprego, resultando daí quer efeitos cumulativos regressivos, quer défices elevados de confiança e sustentabilidade. O que acontece é que os chamados estabilizadores automáticos associados à política orçamental e fiscal, assim como as variáveis privadas de crescimento, com destaque para o investimento, com que se assegura a retoma económica e o pleno funcionamento da economia, se encontram bloqueados. A colocação da economia num nível que não é capaz de satisfazer os anteriores padrões de reprodução económica e social e que também não os recupera através do crescimento económico obriga a uma intensa gestão política que vai redefinir novos lugares estruturais na economia e na sociedade.

Na verdade, as periferias europeias, e Portugal de modo muito claro, foram transformadas em terríveis laboratórios sociais em que a manipulação agressiva de pequeno conjunto de variáveis produziu resultados devastadores rápidos e facilmente

observáveis. Tanto os ingredientes e os processos como os efeitos gerados são suficientes para avaliar a troika. Ou melhor, a troika está a definir-se a si mesma como sujeito e objeto condenável, tais são as marcas negativas da sua ação: ela é um agente poderoso de desconstrução económica, de regressão social e de perversidade política.

Em Portugal, a ação da troika tem sido secundada por um governo que, ao contrário do que se espera de uma entidade política mandatada pelos cidadãos, tem como papel principal gerar e disponibilizar o enorme vazio que as determinantes externas, designadas “condicionalidades”, ocupam. Este governo do vazio é o instrumento mais desejado por um agente de coação como é a troika.

Os resultados tão negativos e tão contrários ao propalado – todas as previsões da troika falharam e todas as variáveis essenciais se agravaram – poderia convidar a que simplesmente se achasse que ela e o governo são incompetentes ou estúpidos. Mas essa é uma hipótese fraca, pouco explicativa. Realmente, parece mais adequado postular que o que tem estado em jogo é uma fria e deliberada economia política da depressão e da submissão de um sistema económico, social e político. Podia admitir-se que era da gestão de uma crise que se tratava. Mas na verdade não é isso. É outra coisa. Crise, dizem os eruditos e lembramo-nos muitos de nós, é uma situação de passagem para outra fase, uma transição em que há mudança mas não se desconstrói tudo, abrindo-se sempre um caminho (Sá, Peixinho e Camponez, 2012). Aqui não há passagem para lado nenhum. É um estado em si mesmo: o empobrecimento pelo empobrecimento, a redução absurda do que somos, do que temos, a “desvalorização interna” sistemática, não apenas passageira. Vou, por estas razões, procurar saber em que consiste a economia política da depressão e da submissão de um país periférico e quem dela pode beneficiar.

2. Os quatros instrumentos da economia política da depressão

A economia política da depressão tem à cabeça uma forte obstinação ideológica de desconstrução social e económica. Segue-se-lhe um desígnio prioritário de regressão do valor do trabalho, repondo uma economia de simples cobertura de custos baixos. Nisso consiste o propósito de desconectar as economias periféricas de veleidades de evolução conjunta com as economias centrais, num processo de redependentização que estabilize assimetrias estruturais e as torne funcionais, quer enquanto fornecedoras de trabalho barato, quer enquanto espaços funcionais para a reciclagem dos excedentes dos países superavitários. Lugar não irrelevante neste quadro é o que é

ocupado pelo silêncio acerca da arquitetura institucional da governação económica europeia, onde se encontra a explicação principal para a crise portuguesa.

A ideologia revisionista: desfazer o capitalismo de inclusão

A determinação ideológica é, de facto, a primeira marca da ação da troika. Consiste na subversão sistemática dos principais mecanismos de regulação económica e social em que assentaram as modalidades de capitalismo que promoveram estrategicamente a inclusão do trabalho e das classes populares, através de normas não estritamente mercantis de inserção no mercado do trabalho e de mecanismos de provisão de bem-estar e de providência que, em momentos de fragilidade, agissem como substitutos da relação de trabalho direta e garantissem a confiança com que se superam as incertezas. Tudo isto ocorreu em contextos nacionais em que o sistema social e político atuou como um estabilizador que funciona para além da concorrência e das assimetrias de mercado. As normas salariais do capitalismo de inclusão fizeram com que o salário não fosse uma variável apenas dependente de uma transação instantânea, como acontece com a troca de mercadorias indiferenciadas ou como acontecia com o leilão de trabalho no adro da igreja das sociedades protocapitalistas, mas sim um modo de inclusão viabilizadora no processo económico e social de longo prazo. Por isso, relacionaram-no com os ganhos de produtividade futuros, atribuindo-lhe um papel importante na formação da procura que desenvolve os mercados das empresas e configura as capacidades de produção, isto é, o crescimento económico, e com a formação de equilíbrios sociais reguláveis que reduzam a conflitualidade. Nesta opção por fazer da inclusão justa do trabalho e da garantia de estabilidade futura uma condição essencial da evolução económica, social e política consistiu a natureza estratégica de longo prazo destas modalidades de capitalismo inclusivo.

No entanto, as bases organizacionais desta forma de capitalismo foram-se esboroando. Em primeiro lugar, pela diluição, ainda que desigual, das circunstâncias nacionais em que assentavam, através de uma crescente hegemonia de lógicas de regulação transnacionais descomprometidas dos consensos e das vinculações políticas e sociais internas a cada país. A isso se juntou uma fortíssima retórica de reconfiguração do papel do Estado para lhe retirar as margens de autonomia que usou na gestão das restrições orçamentais e monetárias e para o obrigar a ser um ator económico “como os outros”, isto é, para o obrigar a “ir ao mercado”, primeiro para se financiar, depois para justificar as suas ações. Assim se abriu espaço à chamada

“inovação financeira”, ou seja a uma vasta gama de fundos constituídos por recursos deslocados da produção e pela captação de poupanças através de um sistema bancário que já não era um mediador para, com tais poupanças, servir o investimento, tendo-se antes tornado num promotor de aplicações meramente rentistas, quando não especuladoras. Finalmente, pela predominância dos interesses dos financiadores em sistemas em que se declarou que os únicos riscos sistémicos são os que os possam atingir, sem cautelas similares quanto aos riscos das pessoas singulares e do seu bem-estar ou quanto à salvaguarda das capacidades produtivas das economias nacionais e dos seus meios para produzir riqueza e assegurar emprego.

Ao contrário do capitalismo inclusivo, a ideologia da troika estima a conflitualidade social para com ela gerar desequilíbrios que reduzam custos e revertam direitos estabelecidos através da solidariedade coletiva, instiga a que a regulação pelo mercado e pelo poder desigual presente nas transações seja a forma de governação económica e social exclusiva, reduz a economia aos jogo privado, desconsidera as mediações sociais e políticas quando elas promovem critérios coletivos e recusa-se a compreender que as economias são sistemas económicos sociais e políticos enquadrados por instituições que constituem compromissos laboriosamente estabelecidos para definirem regras estáveis e estímulos ao progresso.

A redução do valor do trabalho

Como os processos de inclusão assentaram, para além das normas positivas que definem os salários diretos, em componentes do que se designa salário indireto, asseguradas através da providência pública e do Estado social, a segunda marca da ação da troika é a fria pela redução do valor do trabalho. Ao contrário do capitalismo de inclusão, a troika não tem uma noção de futuro nem de longo prazo. Tudo nela é olhar para o passado ou, quando muito, para uma realidade instantânea. Daí resulta a convicção arqueológica de que os custos salariais – e não a qualificação, a organização ou a especialização – são a base da competitividade. Nisso é, evidentemente, acompanhada por todos os cultores das políticas de austeridade. O modelo de crescimento tem, pois, uma única variável e depende de um único movimento, a redução dos custos do trabalho. Não há espaço, por exemplo, para considerar que sendo o salário também um rendimento – e um rendimento com elevada propensão para circular na economia gerando procura – ele é crucial para as empresas desenvolverem os seus mercados e promoverem o emprego.

A isto se junta uma *nuance* adicional: a redução do salário direto e indireto é acompanhada de uma desvalorização sistemática do valor social do trabalho através do seu desperdício volumoso, isto é, através de taxas de desemprego muito elevadas. Quer dizer, o desemprego já não é uma variável de ajustamento conjuntural, nem um “exército de reserva”, é uma condição estrutural do exercício do poder de dominação do trabalho e de desvalorização da economia no seu conjunto, circunstância de que o capitalismo inclusivo nunca se aproximou. Os condicionalismos da troika são, assim, apenas os que impendem sobre o trabalho e o Estado. E isso acontece em sociedades cada vez mais financeirizadas e mais assentes nas liberdades e nos direitos dos capitais, o que denota a natureza desequilibrada e tendencioso da sua ação.

O primado dos direitos dos financiadores: assegurar periferias funcionais para a reciclagem dos excedentes dos países ricos

As economias nacionais periféricas, exatamente porque são periféricas, devem ser, para a troika, economias de simples reposição de custos baixos. Custos salariais mas também custos de funcionamento social. Em que as empresas embarateçam a sua função de produção e o Estado custe pouco, não assumindo funções sociais de solidariedade e qualificação dos cidadãos e da cidadania. E em que o acesso a serviços que nos habituámos a classificar como direitos sociais ou apenas como de interesse geral seja determinado pela capacidade privada para pagar e não pela sua provisão pública, justificada por necessidades e pela capacitação para o futuro.

Deste propósito de esterilização das economias periféricas e de desconecção relativamente à sua evolução conjunta com economias mais desenvolvidas faz ainda parte o bloqueamento do desenvolvimento do capital fixo social, isto é o investimento que moderniza e qualifica. Um espaço de integração como a União Europeia concebe-se agora como um espaço de estrutura dual e relações tensas.

A delapidação das capacidades produtivas vê-se na dependência face ao exterior em matéria de trocas comerciais. Ao longo da última década, as economias periféricas europeias serviram adequadamente para reciclar os excedentes das economias centrais. Em primeiro lugar, foram mercados para os seus bens e serviços. Os saldos da balança corrente mostram-no com clareza. Numa década, de 2002 a 2011, a Alemanha acumulou superávites da sua balança corrente correspondentes a 51,3% do seu PIB médio. Portugal acumulou défices equivalentes a 81,5%. Uma comparação idêntica permitiria, dentro da área do euro, juntar à situação alemã os Países Baixos, a

Áustria e o Luxemburgo e, com menor pertinência, a Finlândia e a Bélgica. Inversamente a situação periférica de Portugal é partilhada com a Irlanda, a Espanha, a Itália, a Grécia e mesmo com a Eslováquia (Banco de Portugal, 2012: 205).

Os défices comerciais estão necessariamente associados ao endividamento. As economias periféricas foram, assim, acumulando uma posição devedora, revelada pela chamada posição de investimento internacional, que passou de um valor negativo correspondente a 55% do PIB em 2002 para 104% em 2011 (*idem*: 241). A isso se haveria de juntar, quando a crise estalou, o acréscimo brutal da dívida pública necessário para salvar os interesses privados e para assegurar mínimos de proteção social com que as relações económicas privadas se descomprometeram.

A junção destes dois movimentos conjuntos (dependência produtiva e dependência financeira) consagrou uma posição radicalmente assimétrica das economias periféricas relativamente às centrais. O que importa agora é encontrar o mecanismo que originou esta situação. Ora, este encontra-se na arquitetura institucional europeia que, através da instituição da moeda única, tem sido a base da governação económica que passou a configurar o contexto de funcionamento da economia portuguesa.

O silêncio sobre a causa das coisas: a arquitetura institucional europeia

Admitamos que o processo de construção europeia até ao final do século passado tinha assentado numa importante dose de voluntarismo político, social e económico que tinha como objetivo promover a convergência dos países e das regiões e estimular a coesão social (Reis, 2011). É relativamente a este quadro que a moeda única vem trazer mudanças profundas. O primado da integração monetária, e o correspondente refluxo para a esfera comum da política cambial, assentou na ideia de que os problemas de risco cambial, de escassez de capital, de prémio de risco associado ao escudo e de endividamento seriam facilmente resolvidos.

Contudo, o que se verificou foi que Portugal, que já desde a década de noventa vinha registando uma forte apreciação da taxa de câmbio do escudo, se viu parte de uma zona económica com uma moeda forte, que consagrou aquela taxa de câmbio sobreapreciada e o vinculou às principais moedas que determinaram o valor do euro. Além da hipótese do funcionamento perfeito da união monetária, a integração na UEM teria a enorme vantagem da descida das taxas de juro reais, que asseguraria o crescimento económico e a acumulação de capital produtivo. Ora, o que aconteceu foi que os problemas cambiais originários limitaram drasticamente a competitividade

externa induzida da nossa produção e a desregulação financeira, junto com as descidas acentuadas das taxas de juro, conduziu quer a uma viragem para o mercado interno protegido por aqueles diferenciais monetários e cambiais, quer ao uso das disponibilidades de financiamento externo oferecido sem grandes restrições e ativamente promovido pelo sistema bancário nacional (cf. Mamede *et al.*, 2013). Foi, pois, neste contexto de fraca competitividade externa induzida e de facilidade de acesso a crédito externo que os défices correntes se acentuaram e proliferaram os chamados sectores não transacionáveis, onde se tornou patente a aposta protegida de grupos empresariais nacionais beneficiados pelas sucessivas vagas de privatizações. Este quadro originado pela arquitetura institucional que passou a prevalecer na zona euro é totalmente coerente com as vantagens que as economias centrais retiraram do facto de tal arquitetura ter sido desenhada à sua medida.

3. Uma filosofia política individualista e moralista numa Europa de arquitetura institucional violenta: a ideologia falsificacionista da troika

As políticas de austeridade e a intervenção da troika dispunham de um campo político muito favorável, preparado pela propagação de uma visão individualista e moralista da economia e das sua trajetórias recentes. O individualismo consiste na ideia de que a economia tinha sido encaminhada para um situação insustentável por uma soma de decisões irresponsáveis dos cidadãos que, subitamente, tinham optado por “viver acima das suas possibilidades”, enveredando por padrões de consumo excessivos, garantidos pelo endividamento igualmente excessivo, pois a economia (a medida das nossas possibilidades) não o permitia nem justificava. Esta espécie de loucura consumista dos cidadãos, que empurravam as responsabilidades para o futuro, tinha correspondência exata na irresponsabilidade de um outro “indivíduo” especial, o Estado, que igualmente se endividava segundo uma lógica que nada justificava.

Como se sabe, há uma versão europeia deste moralismo, dirigida aos países da periferia a sul (Rodrigues, 2011: 249). Conjuntamente, eles representariam o mesmo tipo de características idiossincráticas atribuídas aos indivíduos, com mais propensão para o ócio do que para o trabalho, no que seriam apoiados por Estados que não mediam adequadamente os seus recursos e que iludiam a situação.

Há duas questões principais que serviram a visão falsificada convocada para promover a austeridade: a despesa e a dívida das famílias e do Estado, por um lado, e o papel do trabalho no crescimento e na competitividade, por outro.

O endividamento das famílias e do Estado

“A percentagem das famílias portuguesas que recorreram a alguma forma de crédito é surpreendentemente baixa”: em 2010, a maior parte das famílias, 63%, não devia nada ao banco¹. E a dívida de 24,5% era para pagar empréstimos para habitação própria. O recurso a crédito para consumo mais imediato (uso de cartões ou linhas de crédito ou descobertos bancários) apenas implicava 7,5% das famílias. “No grupo das 20% com menor rendimento apenas 18,4% das famílias” tinha dívidas aos bancos. De facto, não parece tratar-se de uma “vertigem” dos pobres, pois mais de metade das famílias devedoras (57,4%) estavam nos 10% das com maiores rendimentos.

Estes números resultam em larga medida de uma propensão recente para o endividamento e estão ligados ao grande ativismo bancário na difusão do crédito, dada a fácil obtenção de recursos no exterior e a notória aposta na intermediação financeira sem olhar a restrições que, de qualquer forma, tinham sido eliminadas pela liberalização financeira: em 1995 as dívidas das famílias eram 21,6% do PIB, tendo atingido 92,5% em 2012. E há, como se disse, um fator essencial que o determina, a aquisição de habitação própria (o peso do crédito imobiliário na dívida das famílias é de 71,7% e, em 2011, os encargos financeiros que daí derivam eram 16,7% do rendimento disponível). De facto, $\frac{3}{4}$ das famílias portuguesas tem habitação própria.

A análise da dívida pública também não conduz à estória preferida da retórica da austeridade, para a qual é muito útil a inculcação de uma ideia de irresponsabilidade política anómala. Ora, considerando apenas o período (2002-2012) analisado no relatório do Banco de Portugal que tenho vindo a citar, o que é notório é que a dívida pública portuguesa está sistematicamente abaixo da média dos países do Euro até 2007 e só diverge dela com significado em 2010 e 2011, quando a diferença é, respetivamente, de 8 e 10 pontos percentuais, ao atingir 93,3% e 107,8% do PIB. O mesmo se pode dizer da comparação com a Alemanha ou a França cujas dívidas públicas tendem a ser superiores à portuguesa até 2007.

Salários, custos salariais, trabalho e competitividade

O segundo grande domínio da retórica liberal falsificacionista é o dos custos salariais e das remunerações do trabalho. A ideia proposta é que estes custos

¹ A informação citada sobre a dívida das famílias é a do competente trabalho da Auditoria Cidadã da dívida (Auditoria Cidadã, 2012), que usa o *Inquérito à Situação Financeira das Famílias* (INE e Banco de Portugal).

comprimiram as possibilidades de crescimento da economia, minando a sua competitividade. Ora, a verdade é que ao longo dos anos 2000 tem-se registado um diferencial positivo sistemático entre as variações anuais da produtividade do trabalho e as das remunerações do sector privado (Banco de Portugal, 2012: 131). De facto, a produtividade do trabalho passou de 70% da média da UE27 para 75,8% em 2011, depois de um pico de 77,4% em 2010 (*idem*: 221). Noutros termos, o peso no PIB das remunerações recebidas manteve-se na proximidade dos 50% (*idem*: 222 e 229). Tudo isto num contexto em que o envolvimento no mercado de trabalho foi intenso, com taxas de atividade crescentes e a atingirem 74% em 2010. Foi assim que em 2008 se atingiu o pico de quase 5,2 milhões de empregados e uma população ativa de mais de 5,6 milhões de pessoas. Nada que não viesse já de traz. Quando analisei o crescimento do produto entre 1996 e 2008 (Reis, 2009: 9 e 12-13), constatei que o PIB total cresceu, em média, 2% ao ano e que a evolução real das remunerações e do PIB por trabalhador tiveram um comportamento semelhante – ambos cresceram, em média anual, 1.1%, significativamente diferente daquele valor de crescimento do PIB total. Por isso, não é possível postular que são os custos do trabalho que têm pesado no nosso desempenho económico. Eles registam uma tendência que acompanha a da produtividade e que se situa cerca de um ponto percentual abaixo do crescimento do produto. Não havendo, portanto, pressão dos custos salariais, ainda acontece que o acréscimo real de criação de riqueza alcançado no período 1995-2008 (32%) foi sensivelmente o dobro do que se alcançaria se o sistema de emprego tivesse mantido o volume de trabalho. De facto, fazendo um cálculo idêntico, o PIB por trabalhador cresceu 15% e a força de trabalho cresceu 14.6%. Ora isso só é possível porque Portugal tem uma elevada incorporação das pessoas no mercado do trabalho: mais de 3/4 da população com idade entre os 15 e os 54 anos está inserida no mercado do trabalho. Quer dizer, com aqueles custos salariais o emprego cresceu fortemente, coisa que a troika não vê. Este amplo “consumo” de recursos humanos – a taxa de atividade – contrasta claramente com o que se passa nos outros países da Europa do Sul (da Espanha à Grécia, passando pela Itália e pela França, o valor é sempre inferior a 70%) ou em casos singulares como, por exemplo, o da Irlanda.

Conclusão

Os termos da economia política de depressão são precisos. Eles consistem numa fria e deliberada mecânica de desvalorização. As variáveis essenciais (noutra

linguagem dir-se-ia os alvos) são igualmente visíveis. Tal economia é política mas subtrai-se à política, isto é à democracia. A troika e o governo, sendo os agentes desta trajetória, abrem caminho à sua própria ilegitimidade, se considerarmos que ela se alcança com respostas positivas para a população e com cumplicidade com uma ordem coletiva capaz de preservar os recursos e de os valorizar no futuro.

As alternativas existem. Refiro pelo menos três. A que assuma um quadro europeu de democracia e desenvolvimento capaz de substituir os mecanismos punitivos em que assenta uma governação económica errada e assimétrica através de uma revisão profunda da política monetária e cambial, da mutualização da dívida, da criação de instrumentos orçamentais de reorganização solidária das economias nacionais e regionais e do primado dos direitos e do bem-estar dos povos. A que, perante a obstinação da aposta na fratura europeia, assuma que há outro espaço de integração na Europa: o dos espaços periféricos vitimizados e, no entanto, capazes. Ou, finalmente, a que recupere mecanismos de soberania nacional, em que os cidadãos e os recursos contem, e em que as prioridades sejam exatamente aquelas que a União atual se recusa a assumir tanto para o todo como, sobretudo, para a periferia.

Bibliografia

- Auditoria Cidadã (2012), “Relatório Preliminar do Grupo Técnico” http://auditoriacidada.info/facebook/docs/relatorio_iac.pdf
- Banco de Portugal (2012), *Relatório do Conselho de Administração - A Economia Portuguesa em 2011*. Lisboa: Banco de Portugal.
- Mamede, Ricardo Paes, João Rodrigues, Nuno Teles e Ricardo Cabral (2013) “Portugal no Contexto Europeu”, *Economia Portuguesa: Propostas com Futuro* <http://www.economicofuturo.org/pages/pt/conferencia-2013.php>
- Reis, José (2009), “Os caminhos estreitos da economia portuguesa trabalho, produção, empresas e mercados”, *Revista Critica de Ciências Sociais*, n.º 85, 5-21.
- Reis, José (2011), “Foi bonita a festa ou adeus tristeza?”, in Eduardo Paz Ferreira (Coord.), *25 Anos na União Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, João (2011), “Moralismo, moralidade e europeização da economia política”, in Eduardo Paz Ferreira (Coord.), *25 Anos na União Europeia*. Coimbra: Almedina.
- Rodrigues, João e José Reis (2012), "The Asymmetries of European Integration and the Crisis of Capitalism in Portugal" *Competition and Change*, Vol. 16 No. 3, 188-205.
- Sá, Alexandre, Ana Teresa Peixinho, Carlos Camponez (org.) (2012), *Aprofundar a Crise. Olhares Multidisciplinares*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.